

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.772 - SP (2019/0299439-3)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DANILO PEREIRA LEITE - SP349333
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUCAS BATISTA POLONI ELIAS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

LUCAS BATISTA POLONI ELIAS alega sofrer constrangimento ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal *a quo* no Agravo em Execução n. 0006618-19.2019.8.26.0996, em que **foi mantido o indeferimento do pleito de livramento condicional**.

O Juízo singular indeferiu o pleito defensivo, visto que o reeducando "[d]eve passar primeiramente pelo regime intermediário, como prova de que irá absorver a terapia penal, para, posteriormente, fazer jus a imediato livramento" (fl. 47).

A Corte de origem, por sua vez, manteve o *decisum* vergastado, dado que "trata-se de sentenciado cumprindo pena por crime grave, tráfico de drogas , que, indubitavelmente, coloca em desassossego a sociedade. Donde a cautela e prudência que devem nortear as decisões que eventualmente concedam livramento condicional a esta espécie de condenado" (fl. 66).

Todavia, "[s]egundo a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, **não há obrigatoriedade de o sentenciado vivenciar primeiramente o regime intermediário para que obtenha o benefício do livramento condicional**, em razão da inexistência de tal previsão no art. 83 do Código Penal" (HC n. 482.168/SP, Rel. Ministro **Felix Fischer**, 5ª T., DJe 19/2/2019).

No mesmo sentido:

[...]

3. Sobre a matéria, a jurisprudência deste Tribunal consolidou entendimento no sentido de que não há obrigatoriedade de o(a) apenado(a) passar por regime

Superior Tribunal de Justiça

intermediário para que obtenha o benefício do livramento condicional, ante a inexistência de previsão no art. 83 do Código Penal [...] (HC n. 468.579/SP, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, 5ª T., DJe 31/10/2018).

Dessa forma, o que se percebe é que **foi indeferida a benesse sem a devida fundamentação**, a impor ao paciente patente constrangimento ilegal.

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **concedo, in limine, a ordem** postulada, a fim de determinar o imediato exame do pleito de livramento condicional, consoante os estritos requisitos legais.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**